

**CORPOREIDADES ABJETAS NO ESPAÇO ESCOLAR:  
TENSIONANDO O *CISTEMA* SEXO-GÊNERO**

**LA CORPORALIDAD ABYECTA EN EL ESPACIO  
ESCOLAR: TENSIONANDO EL *CISTEMA* SEXO-  
GÉNERO**

**ABJECT CORPOREALITY IN THE SCHOOL SPACE:  
TENSIONING THE SEX-GENDER *CISTEM***

DOI: <https://doi.org/10.31692/2595-2498.v5i3.274>

<sup>1</sup> **MILLENA LYRA VALENÇA**

Mestra em Ensino de História pela Universidade Federal de Pernambuco - Brasil, [millenvalenca@gmail.com](mailto:millenvalenca@gmail.com)

<sup>2</sup> **ALINE RODRIGUES MALTA**

Mestra em Educação Matemática e Tecnológica pela Universidade Federal de Pernambuco - Brasil,  
[professoramalta@gmail.com](mailto:professoramalta@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

Com a ascensão da extrema direita no Brasil, a intensificação dos ataques aos debates em torno das questões de gênero e sexualidades no contexto educacional têm emergido como sintomas da instabilidade político-social instaurada nos últimos dez anos. Empenhadas na propagação do pânico moral, por vezes baseado nas chamadas *fake news*, a cruzada reacionária frente à garantia de direitos e enfrentamento à violência contra a população LGBTQIA+ tem obstaculizado o avanço dessas pautas no tocante aos aparatos reguladores de estado que norteiam as práticas pedagógicas. Os embates em torno do último Plano Nacional de Educação que culminou na supressão do termo gênero na Base Nacional Comum Curricular lançam luz sobre um cenário de disputas e tensionamentos acerca da questão.

Com o objetivo de contribuirmos para as discussões em torno das relações de gênero e sexualidades no espaço escolar, mobilizamos categorias de análises que apontam para leituras outras da realidade generificada para além da matriz hegemônica. A partir da agência dessas sujeitas, sujeitos e sujeitos LGBTQIA+ bem como das suas contribuições teórico políticas e epistemológicas, buscamos tensionar o fazer pedagógico ancorado tanto na colonialidade (MIGNOLO, 2016) quanto na cisheterossexualidade compulsória (VERGUEIRO, 2015; NASCIMENTO, 2021).

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Desde suas origens históricas que remontam à Idade Moderna europeia, a instituição escola como a conhecemos segue em certa medida atuando como espaço de disciplinarização dos corpos e imposição de regimes de verdade (FOUCAULT, 1981). No tocante às questões de gênero e sexualidades, aos corpos “dóceis” impõe-se, invariavelmente, a presunção da cisgeneridade e da heterossexualidade já nas primeiras interações sociais dos indivíduos.

Àquelas e aqueles que não correspondem a esse protótipo hegemônico de masculinidade/feminilidade recai o estigma da abjeção, entendida como toda e qualquer existência classificada como apta a figurar dentre as “vidas que não importam” (BUTLER, 2018), existências relegadas à exclusão do rol da humanidade (BENTO, 2011). A aniquilação dessas subjetividades está para além da destruição física, na morte simbólica quando, apesar de relegadas aos não lugares, essas existências servem a funções pedagógicas como um paradoxo no qual: “a abjeção precisa existir para que se possa negá-la, onde não se deve ir, de quem não se recomenda aproximar mas a quem deve-se constante mirada (outro) para lograr responder e reafirmar quem se é (eu) por exclusão ao que não se deve/pode ser (outro)” (VALENÇA, 2022, p. 22). Nesse sentido, é a escola quem desempenha papel fundamental na cristalização desse

discurso hegemônico ao qual os indivíduos devem aspirar aproximarem-se (LOURO, 2018; SILVA, 2003).

Entretanto, os dispositivos de controle dos corpos e subjetividades não são capazes de conter a força rizomática (DELEUZE, GUATARI, 1995) de sujeitos e sujeitas com identidades de gênero e orientações do desejo que resistem também no espaço escolar à sua subalternização compulsória e de forma criativa inauguram epistemologias próprias de interação com a realidade.

Entre tensionamentos e resistências, identificamos uma escola cheia de contradições, que apesar de reescrita nos últimos anos em consonância com a promoção e defesa dos direitos humanos (re)produz ela mesma um ideal hegemônico e excludente, caduco frente à inserção, permanência e empoderamento cada vez maior de atrizes e atores LGBTQIA+ em seus espaços. Ao reivindicar direitos básicos como acesso a banheiros de acordo com a identidade de gênero, respeito ao uso do nome social além de combate ao apagamento histórico e patologização de corporeidades não hegemônicas nas narrativas escolares, essas sujeitas, sujeitos e sujeites demandam urgência no efetivo acolhimento da diversidade humana no espaço escolar para além do currículo prescrito, transpassando o currículo oculto e vivo (SILVA, 2003).

## **METODOLOGIA**

A pesquisa aqui apresentada é de natureza qualitativa e inscreve-se como um estudo de caso com base na análise dos dados relativos à solicitação de uso do nome social junto à rede pública estadual de educação de Pernambuco no período que vai de 2017 a 2021. A partir desses dados e de seu entrecruzamento com os registros de denúncias de violências de gênero e sexualidades recebidos através dos canais de ouvidoria da secretaria de educação do estado, analisamos o alcance da política pública bem como a subjetividade presente em dados de acesso e permanência da população trans e travesti nos espaços educativos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A política de uso do nome social foi implementada na rede pública estadual de Pernambuco através da Instrução Normativa Estadual da Secretaria Estadual de Educação no 07/ 2017. Desde então, as solicitações de uso do nome social vem crescendo ano a ano conforme podemos observar na tabela abaixo:

Solicitação uso do nome social - Rede estadual de Ensino/PE	
Ano	Quantitativo
2017	78
2018	96
2019	151
2020	165
2021	176

**Fonte:** Secretaria de Educação de Pernambuco (2021).

De posse desses dados, observamos que as solicitações no ano de 2021 representam mais que o dobro das requisições no ano de sua implementação. Em uma análise aligeirada poderíamos ser impelidos a pressupor que estamos diante de um cenário de inclusão de pessoas trans e travestis no espaço escolar. No entanto, esses dados não são capazes de abarcar dados acerca da chamada “evasão escolar” que quando se trata de populações trans e travestis aproxima-se mais de uma expulsão. Se não vejamos.

Conforme dados do Censo Trans de 2021, realizado pela Rede Trans Brasil com o objetivo de mapear a realidade socioeconômica da população travesti e transsexual brasileira, 32% das estudantes entrevistadas concluíram o ensino médio enquanto 33% concluíram apenas o ensino fundamental (SOUZA; ARAÚJO. 2022. p. 32). Entretanto, 64,3% já foram expulsas de alguma instituição de educação ao longo da vida. O censo aponta ainda que 69,7% das pessoas trans no Brasil tem até 29 anos, ou seja, são majoritariamente jovens e portanto demandantes de políticas de acesso à educação no país.

Da mesma forma, se tomarmos o referido cenário (a rede pública estadual de Pernambuco) quanto aos registros de ouvidorias de denúncias de violências de gênero nas escolas do estado, perceberemos um aumento significativo nas violências reportadas no quinquênio. Esses dados ao serem contrapostos demonstram que o acesso auto identificado de pessoas trans e travestis cada vez maior no espaço escolar contrasta com o aumento do número de casos de violência física e simbólica à qual estão expostas/os essas sujeitas e sujeitos o que reforça a necessidade de ações educativas sistemáticas no enfrentamento às violências de gênero que não cessam automaticamente pela promoção do acesso à educação aos espaços educativos.

## CONCLUSÕES

Desse modo, podemos vislumbrar caminhos que subvertem as trilhas educacionais já

traçadas para contextos socioespaciais europeus coloniais e que ainda assujeitam subjetividades não hegemônicas nos espaços educacionais brasileiros. É da contestação ao ideal cristão, branco, cisheterossexual, europeu que emergem epistemologias do sul e resgatam a naturalização da pluralidade no tocante às questões de gênero e sexualidades vigentes em cenários pré coloniais (povos indígenas e africanos).

É da necessidade de resgatar os debates em torno das questões de gênero na escola sob a égide das ciências, com a superação dos equívocos do senso comum que partimos, tensionando o cis-tema sexo-gênero e apresentando performances outras, corporalidades, identidades e orientações do desejo possíveis frente ao ideal hegemônico que intenta se impor no contexto educacional brasileiro atual.

## REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença**. Revista Estudos Feministas, v. 19, p. 549-559, 2011.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora José Olympio, 2018.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. v.1.

FOUCAULT, Michel. **The Order of Discourse**. In: YOUNG, Robert J. C. (ed.). *Untying the Text: A Post-Structuralist Reader*. Boston: Routledge and Kegan Paul, 1981, p. 48-78.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Autêntica, 2018.

MIGNOLO, W. **El pensamiento des-colonial, desprendimiento y apertura: un manifiesto**. Revista Telar, n. 6, p. 7-38, 10 may 2016.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. [São Paulo:]: Editora Jandaíra, 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOUZA, Dediane; ARAÚJO, Tathiane (orgs). **Censo trans. Reflexões sobre dados do Censo Trans: sem motivo para orgulho diálogos e análises dos contextos socioeconômicos de mulheres travestis e transexuais do Brasil**. Ebook. Rede Trans Brasil, 2022. Disponível em: [http://redetransbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/06/REDE-TRANS\\_Censo-Trans-2020-pub-web.pdf](http://redetransbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/06/REDE-TRANS_Censo-Trans-2020-pub-web.pdf)

VALENÇA, Millena Lyra. **“Folhas de narrativa sequestrada”: uma proposta transfeminista para o ensino de História através da HQ Xica Manicongo**. 2022. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade.** 2015. Dissertação (Mestrado) Programa Multidisciplinar de Pós Graduação em Cultura e Sociedade. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

Submetido em: 05/10/2022

Aceito em: 02/12/2022

Publicado em: 30/12/2022

Avaliado pelo sistema *double blind* review